



Os registros paroquiais oitocentistas como recursos didáticos para o ensino da História do Brasil.

Autora: Natally Chris da Rocha Menini¹

Palavras-chave: *Brasil Império; assentos eclesiásticos; secularização.*

Introdução

O programa *PET Práticas de História: dos arquivos para a sala de aula*, tem como objetivo crucial a formação de um ambiente acadêmico e pedagógico que valorize tanto o debate teórico e a discussão historiográfica, quanto o trabalho de produção de documento, buscando, neste sentido, articular pesquisa, ensino e extensão. É nesse sentido, que o presente trabalho se situa, uma vez que busca apresentar perspectivas de estudos historiográficos direcionadas à produção de materiais didáticos. Deste modo, o estudo em questão busca produzir conteúdos didáticos que viabilizem a análise das mudanças de uma cosmologia religiosa católica para um modo de pensar laico a partir das transformações jurídicas e sociais ocorridas na passagem do período imperial para o republicano brasileiro.

Material e Métodos

As atividades realizadas no PET-História possibilitam a leitura de documentos eclesiásticos do período oitocentista arquivados no acervo da Cúria de Itaguaí do Rio de Janeiro. Sendo assim, utilizamos como principais fontes de estudo, assentos paroquiais contidos nos *Livro 1 – Casamento de Livres (1879-1927)* e *Livro 2 – Óbito de livres (1828-1890)* assentados por párocos da *Matriz de Santa Anna de Itacuruça*, além de utilizarmos registros civis oriundos de fontes pessoais.

Através da leitura das fontes, promoveremos uma comparação entre assentos paroquiais de casamento e óbito do século XIX e registros civis do século XX de mesma natureza a fim de perceber as mudanças ocorridas nas categorias utilizadas nas descrições antes e após a secularização dos assentos. Para compreender a mudança cosmológica intrínseca nas substituições e/ou resignificações

¹ Discente de graduação de licenciatura em História e bolsista do Pet-História da UFRRJ. Orientada pela Professora Doutora Margareth de Almeida Gonçalves, tutora do Pet-História da UFRRJ.

destas categorias, nos norteamos pelo princípio teórico-metodológico da história dos conceitos.

Resultados e Discussão

A elaboração dos registros de batismo, casamento e óbito no Brasil, ocorreu segundo as instruções tridentinas, adaptadas nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1707*. Estas são consideradas as raízes do ordenamento Jurídico brasileiro, visto que não só regulamentaram a elaboração desses assentos, como também todo o cumprimento religioso vinculado aos mesmos. Deste modo, não havendo registros de nascimento, casamento e óbito civis anteriores ao século XIX, coube à Igreja Católica registrar fenômenos vitais, o que posteriormente passou a ser feito pelo Estado laico republicano em fins do oitocentos.

Nessa perspectiva, a comparação entre os assentos eclesiásticos de casamento e óbito de meados do período oitocentista com registros civis de mesma natureza do século XX, viabiliza analisar que enquanto os primeiros contêm categorias pertencentes à cosmologia cristã, os segundos apresentam um caráter extremamente secular. Quando comparados, tornam-se perceptíveis os distanciamentos e as aproximações de sentido entre as categorias utilizadas na elaboração dos assentos bem como as mudanças estruturais e burocráticas dos mesmos. Assim, percebemos que com a secularização dos registros, a concepção de sujeito essencialmente vinculada a uma cosmologia cristã, encontra novos códigos sociais que se distanciam do religioso.

Conclusão

Com base nas atividades de pesquisa do Programa de Educação Tutorial (PET) – História, o presente trabalho buscou apresentar como a leitura de registros paroquiais oitocentistas contribui para analisar as transformações cosmológicas ocorridas na elaboração e regulamentação jurídica dos registros vitais na passagem do Império brasileiro para a República. Ao trabalharmos com assentos eclesiásticos oriundos da Baixada Fluminense e da Costa Verde do Rio de Janeiro, buscamos sugerir possibilidades de produção de recursos didáticos para o ensino da disciplina História, em especial, em escolas localizadas ao redor da UFRRJ. A utilização dessas fontes possivelmente promoverá uma maior identificação do aluno com o conteúdo, bem como possibilitará a realização de aulas mais dinâmicas.

Referência Bibliográfica

- ABREU, Martha & SOIHET, Rachel. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, FAPERJ, 2003.
- CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia, feitas e ordenadas por Dom Sebastião Monteiro da Vide (1707), 2ª edição. São Paulo, Tipografia 2 de dezembro, 1853.
- GUEDES, Roberto. *Egressos do Cativoiro: trabalho, família, aliança e mobilidade social: Porto Feliz, São Paulo, c.1798 – c.1850*. Rio de Janeiro, Manual X: FAPERJ, 2008.

JASMIN, Marcelo Gantus & JUNIOR, João Feres (org.) *História dos Conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio, Edições Loyola, IUPERJ, 2006.

NAS FRONTERIAS DO ALÉM: A SECULARIZAÇÃO DA MORTE NO RIO DE JANEIRO (SÉCULOS XVIII E XIX), Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

SCAMPINI, J. *A liberdade religiosa nas constituições brasileiras*. Rio de Janeiro: Vozes, 1978, p. 33.

SILVA, M.C. *Catolicismo e casamento civil na cidade de Goiás: conflitos políticos e religiosos (1860-1920)*. Rev. Bras. Hist., São Paulo, vol.23 no.46, 2003.